



Foto Alencar Monteiro - Telefoto Estado

À noite não houve rigor. Deputados e senadores "descontaram", recebendo jeton duas vezes

De repente, comissões e painéis

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O Congresso Nacional, em meio às acusações de pagamento indevidos de jetons a parlamentares ausentes, está instalando cinco comissões extras, além de um painel na Comissão de Constituição e Justiça. Ho entanto, essa febre de trabalho talvez não tenha maior sucesso, porque as campanhas municipais começam a esquentar e dificilmente haverá quorum para cuidar de tudo o que foi planejado. Assim, corre um novo risco: o de não conseguir concluir tanto trabalho.

O painel sobre temas constitucionais da Comissão de Constituição e Justiça começa amanhã e, até sexta-feira, serão debatidos: "Filosofia de Poder da Nova República", exposito pelo assessor presidencial Célio Borja; "Sistema de Governo, Presidencialismo e Parlamentarismo", pelo consultor-geral da República, Paulo Brossard; e "Direitos Fundamentais da Pessoa Humana", pelo professor Pinto Ferreira, da Universidade Federal de Pernambuco. Esse tipo de trabalho, porém, segundo um deputado que integra a comissão, não levará a nada, por ser excessivamente acadêmico.

Já a comissão mista que examina a mensagem do presidente Sarney convocando a Constituinte, instalada em 8 de agosto passado, começa efetivamente a funcionar hoje, com palestras do jurista Afonso Arinos e da historiadora Maria Vitória Benevides. Houve prorrogação por 30 dias do prazo para a comissão acabar o trabalho, significando que, até 6 de outubro, deverá ter um parecer aprovado a ser, em seguida, submetido ao plenário do Congresso.

A Constituinte motivou outra comissão, integrada por 36 deputados de todos os partidos, sob a presidência de Alencar Furtado (PMDB-PR), com uma finalidade no mínimo ousada: colher subsídios junto ao povo brasileiro para apresentar aos partidos atuais e aos constituintes futuros. Instalada na quinta-feira passada, terá a primeira reunião no dia 12, quando será debatido o roteiro de trabalho.

Segundo seu relator, Jorge Arbage (PDS-PA), a comissão não apresentará um esboço de Constituição,

mas um relatório sobre a vontade brasileira. Não há prazo para a conclusão dessa complexa tarefa.

Criada em março deste ano, a Comissão Interpartidária que propôs mudanças na legislação eleitoral e partidária, algumas das quais em vigor, como as próprias eleições diretas deste ano e a volta da propaganda eleitoral pelo rádio e televisão, não fechou suas portas. Resta ainda examinar a redação final do anteprojeto do Código Eleitoral.

Além dessas, está funcionando,

sob a presidência do deputado Humberto Souto (PFL-MG), uma comissão que reformula o Regimento Interno da Câmara. A última reunião

foi realizada há dez dias e a próxima

está marcada apenas para outubro.

Durante esse tempo, seus 13 membros vão responder a um questionário elaborado pelo relator, deputado

Ernani Sátyro (PDS-PB), sobre o esqueleto do futuro regimento. A comissão anda em ritmo lento, sob o argumento de que tem de examinar,

preliminarmente, cerca de 70 proje-

tos de resolução sobre o tema, além

de sugestões de deputados e assesso-

res, às dezenas.

A última das comissões está por

ser instalada pelos presidentes da

Câmara, Ulysses Guimarães, e do Se-

nado, José Fragelli. Com 29 parla-

mentares de todos os partidos, pro-

porá nova redação para o capítulo

constitucional que trata do Poder

Legislativo. Fundamental, buscará

um velho objetivo: a devolução das

prerrogativas perdidas na Velha Re-

publica.

Mas não há indício de pressa pa-

ra a sua instalação. Tanto assim que,

por enquanto, o PDT e o PDS não

indicaram seus parlamentares, em-

bora a lista tenha sido solicitada aos

partidos na quarta-feira passada.

Além disso, o PMDB conseguiu en-

viar uma relação errada, confundin-

do esta Comissão com a que exami-

na a mensagem de convocação da

Constituinte. Paralelamente ao tra-

balho legislativo, será instalada hoje

em Brasília a Comissão Constitucio-

nal dos 50, que funcionará no Rio e

apresentará aos futuros constitui-

tes um projeto de Constituição.

CARGO	DISCRIMINAÇÃO	DENO	
		TEC	LÉGISLATIVO
017	VENCIMENTO	CL	2.905.038
025	SALARIO FAMILIA ATIVOS	CL	16.000
036	GRATIFICAÇÃO ENCARGO DAI	CL	551.979
038	GRATIFICAÇÃO ENCARGO DAI	01	141.909
041	GRAT. ADIC. TIPO DE SERV.	CL	871.811
097	GRAT. ESP. DESEMPENHO	99	3.777.049
099	DINHARIS DE SERVIÇO EXTRA	99	1.259.203
133	GRATIF. DE NIVEL SUPERIOR	99	501.207
280	GRAT. ESP. DESEMPENHO	01	1.762.996
303	I.V. FUNCIONAL	99	1.010.684
305	GRAT. LEGISLATIVA	99	2.321.830
425	ASCADA CONTRIBUIÇÃO	99	16.074
560	PECULIO RES 04/84	02	251.856
991	PREVIDENCIA CONTRIBUIÇÃO	CL	669.342
996	IMPOSTO DE RENDA	CL	3.815.905
VALOR			
15.264.586		4.753.177	
10.451.409			

MES ANO

AGO/85

MES ANO

AGO/85

MES ANO

AGO/85

MES ANO

AGO/85

MES ANO

AGO/85